



# **Gastos federais para combate à Covid-19 junto a povos indígenas**

Junho/2020

PROJETO



REALIZAÇÃO

**A B R  $\Delta$  J I**

**TransparênciaBrasil**

FINANCIAMENTO





## Expediente

### Pesquisa e relatório

Marina Iemini Atoji

### Ilustração da capa e cabeçalho

Derivação de trabalho de  
Muri (Akynguuna).  
Digitalizada por Lucas  
Pescador.

### Abraji

#### Diretoria biênio 2020-2021

*Presidente*  
Marcelo Träsel

*Vice-presidente*  
Guilherme Amado

*Diretores*  
Adriana Barsotti  
Amanda Rossi  
Juan Torres  
Katia Brembatti  
Luiz Fernando Toledo  
Natália Mazotte  
Patricia Campos Mello  
Sérgio Spagnuolo  
Thays Lavor

*Conselheiros fiscais*  
Daniel Camargos  
Maiá Menezes  
Vladimir Netto

#### Equipe

*Secretária executiva*  
Cristina Zahar

*Gerente executiva*  
Maria Esperidião

*Analista administrativo*  
Gisele Lima

### Transparência Brasil

#### Conselho deliberativo

*Presidente*  
Eduardo Capobianco

*Vice-presidente*  
Kavita Miadaira Hanza

*Conselheiros*  
Augusto Miranda  
Bruna Santos  
Francisco Soares Masculo  
Guilherme Alpendre  
Marcela Arruda Nunes  
Marcelo Issa  
Maria Goretti Dal Bosco  
Raymundo Magliano Filho  
Rubens Naves

*Conselho fiscal*  
Fábio Moraes da Costa  
Henrique Gonçalves de Freitas  
Paula Miadaira

#### Equipe

*Diretor executivo*  
Manoel Galdino

*Diretora de operações*  
Juliana Sakai

*Gerente de projetos*  
Marina Iemini Atoji

*Cientistas de Dados*  
Jéssica Voigt  
Jonas Coelho

*Analista de Integridade*  
Bianca Berti

*Analista de administração e  
finanças*  
Lorena Cardoso



## Introdução

Este levantamento mostra a execução de despesas pelo governo federal para atendimento a povos indígenas dentro da ação orçamentária 21C0 (Enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus). Os dados foram extraídos do Portal da Transparência do Executivo federal e se referem ao período de 7 de abril a 17 de junho de 2020.

O relatório mostra o gasto público em suas três principais fases: empenho, liquidação e pagamento.

Na fase do **empenho**, o órgão público reserva uma parte do orçamento de que dispõe para realizar uma compra ou contratar um serviço. É a garantia dada pelo órgão público de que tem aquele dinheiro para aquela atividade.

A **liquidação** da despesa acontece quando o fornecedor entrega o material comprado ou o serviço contratado (ou parte deles) ao órgão público. O valor liquidado de um empenho mostra quanto do material ou do serviço já foi de fato entregue ou executado.

Após a liquidação, o órgão público faz o **pagamento**. Ou seja, é nesta fase que o dinheiro efetivamente sai dos cofres públicos e vai para a conta do fornecedor. O valor pago mostra **quanto o governo já desembolsou** em determinada ação.

A análise da execução orçamentária mostra que, com recursos e estrutura já precários, a FUNAI aplica os recursos emergenciais ao pé da letra: com uma abordagem assistencialista, cuja prioridade é cobrir necessidades imediatas. A maior parte (58%) dos quase R\$ 13 milhões empenhados pela FUNAI se destina à compra de materiais de consumo, dentre os quais se destacam alimentos e cestas básicas (55%) e combustíveis e lubrificantes (24%). Os gastos servem pouco à criação de estruturas e de condições sustentáveis para enfrentamento da pandemia junto a povos indígenas.

Este relatório é parte do projeto Achados e Pedidos, que em 2020-2021 tem como um de seus focos a transparência de dados socioambientais. A iniciativa é realizada pela Transparência Brasil em parceria com a Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo) e financiamento da Fundação Ford.

Os dados usados estão disponíveis [no portal Achados e Pedidos](#), que reúne pedidos de informação e as respectivas respostas, além de dados relacionados à área socioambiental.



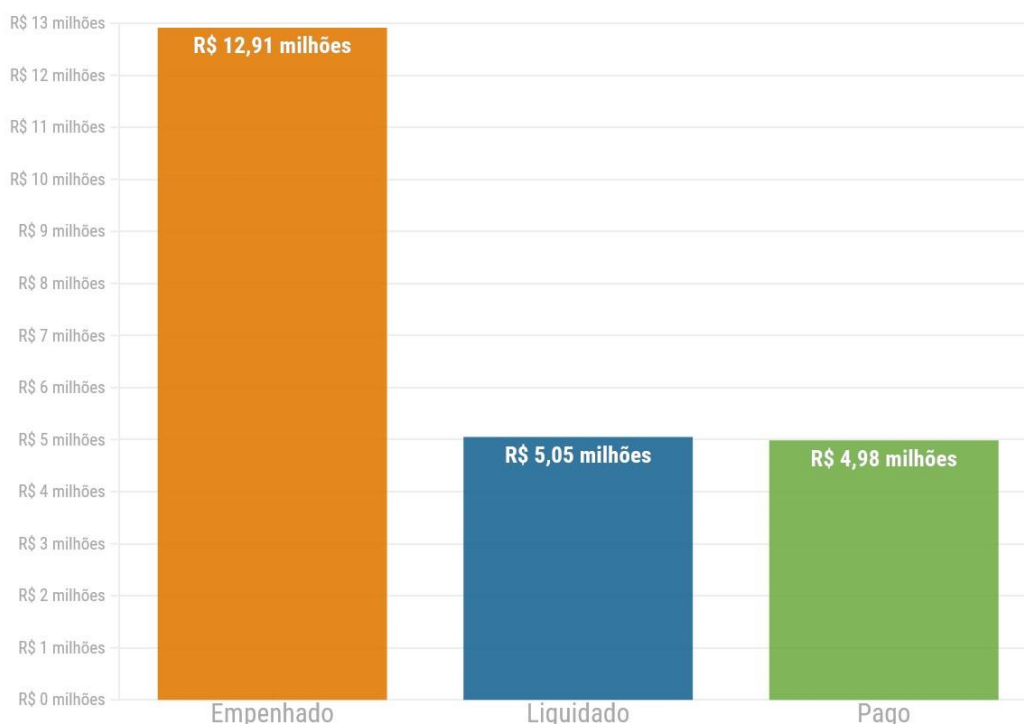
## Visão geral da execução orçamentária

O governo federal empenhou, ou seja, contratou o equivalente a R\$ 12.914.710,23 em ações de enfrentamento à pandemia de Covid-19 e seus efeitos sobre a população indígena no período. Todos os gastos foram executados pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio) e envolvem desde compra de materiais até pagamento de diárias e serviços de terceiros.

Desse montante, **menos da metade (39%)** foi liquidado, ou seja, **foi de fato executado** (houve entrega do serviço contratado ou do material adquirido). O governo federal desembolsou até o momento R\$ 4.984.234,18.

### Gasto federal em ações contra a Covid-19 para povos indígenas | Por fase da despesa

De 7 de abril a 17 de junho de 2020



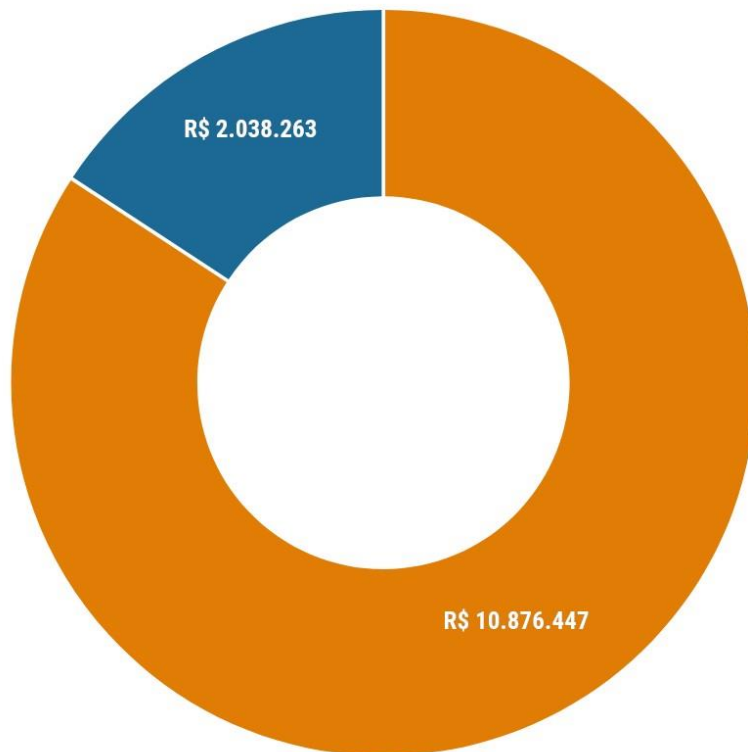
Fonte: Portal da Transparência do governo federal

A maior parte dos valores contratados (84%) tem como fonte o crédito extraordinário de R\$ 18.340.000 aberto para a FUNAI por meio das Medidas Provisórias (MPs) [942/2020](#) e [965/2020](#) especificamente para ações relacionadas à pandemia. A fonte dos outros 16% é o crédito extraordinário de R\$ 45.000.000 aberto para o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos também para ações relacionadas à Covid-19, por meio da MP 942/2020.



### Origem orçamentária dos recursos empenhados

- FUNAI - Fundação Nacional do Índio
- Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos



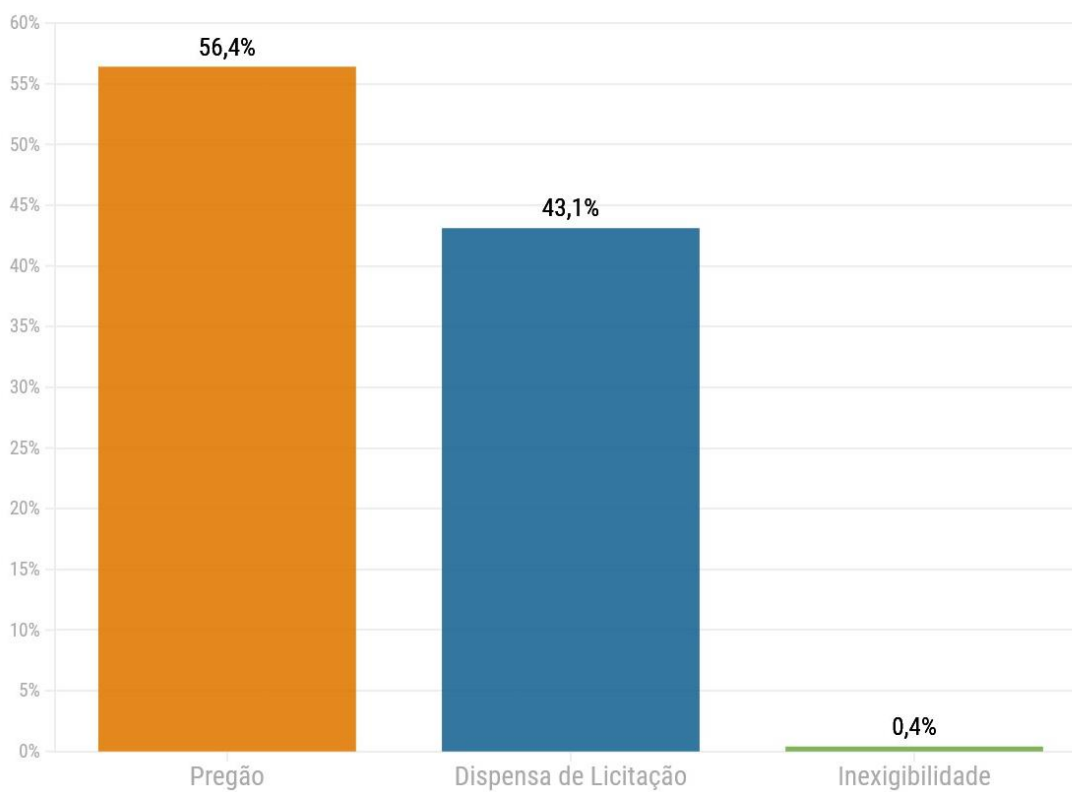
Fontes: SIOF e Portal da Transparência do governo federal. • Dados de 07/04/2020 a 17/06/2020

A maioria (56%) das compras foi feita por meio de pregão, sob as regras da [Lei 10.520/2002](#). A dispensa de licitação foi a segunda forma de compra mais frequente, como é de se esperar em uma situação excepcional como a atual.



### Compras para combate à Covid-19 junto a povos indígenas

Por modalidade de licitação



Fontes: Portal da Transparência do governo federal. • Dados de 7 de abril a 17 de junho de 2020

Entre as dispensas de licitação, a maior parte (75%) se baseou na [Lei 13.979/2020](#), que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública causada pelo Coronavírus; os demais 25%, na Lei de Licitações (8.666/1993).



## Gastos por elemento de despesa

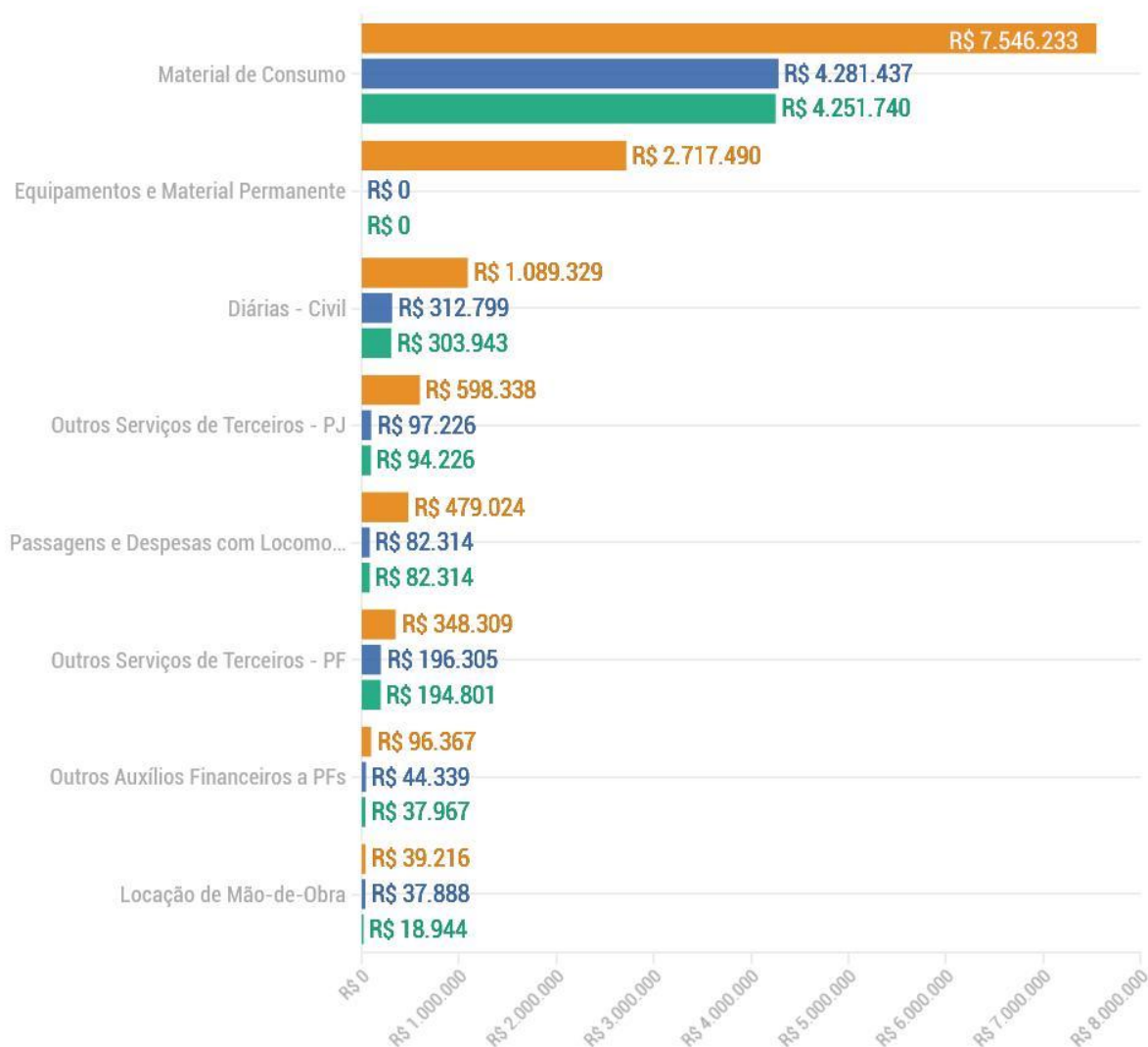
A maior parte (58%) dos valores contratados pela FUNAI se destina à compra de materiais de consumo (alimentos, itens de higiene e limpeza, combustíveis etc.). Materiais e equipamentos permanentes são o segundo maior volume de empenhos.

Os materiais de consumo também foram os com maior liquidação em relação ao montante empenhado para sua aquisição. Entre os materiais e equipamentos permanentes, porém, não há liquidação desse tipo de despesa.

### Execução da despesa para combate à Covid-19 junto a povos indígenas

Por elemento de despesa

Empenhado Liquidado Pago



Fonte: Portal da Transparência do Governo Federal • Dados de 7 de abril a 17 de junho de 2020

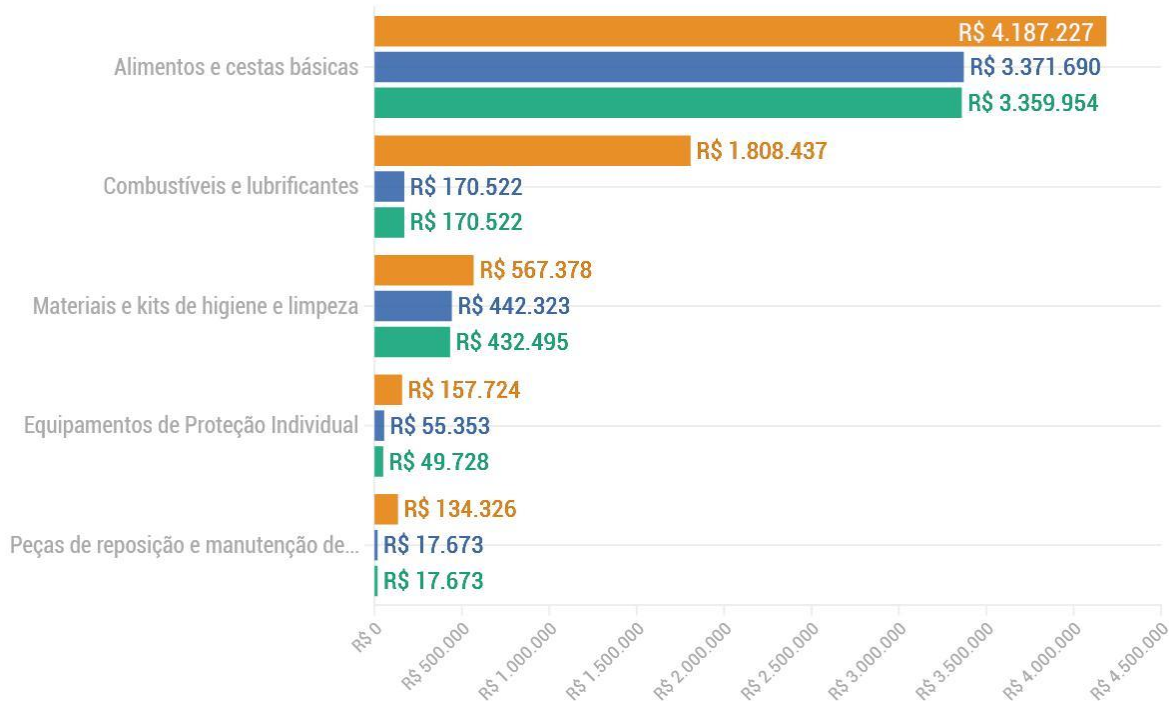


Entre os materiais de consumo, predominam a compra de alimentos ou cestas básicas (55%) e de combustíveis e lubrificantes para veículos oficiais (24%).

### Execução da despesa para combate à Covid-19 junto a povos indígenas

5 tipos de materiais de consumo com mais empenhos e a respectiva execução

Empenhado Liquidado Pago



Fonte: Portal da Transparência do Governo Federal • Dados de 7 de abril a 17 de junho de 2020

Quase todo o dinheiro para materiais e equipamentos permanentes (92%) foi empenhado na compra de veículos - 17 caminhonetes, 1 caminhão baú, 1 quadriciclo e 1 motocicleta - a serem usados pelas Coordenações Regionais da FUNAI.

Nenhum dos empenhos foi liquidado até 17 de junho - nem mesmo os veículos, comprados em abril. As caminhonetes foram compradas por meio de um único edital e deverão ser fornecidas pela HPE Automotores do Brasil LTDA, com sede em Catalão (GO), a cerca de 650 km da Coordenação Regional da FUNAI mais próxima a receber um dos veículos (CR Xavante, em Barra do Garças-MT).

Ou seja: enquanto a situação de emergência sanitária no país já conta quatro meses e 81% das compras de alimentos e cestas básicas já foram fornecidas para a FUNAI, carros que foram comprados para levar os materiais a povos indígenas ainda estão a caminho e o órgão depende apenas dos veículos que já tem e do aluguel de outros.





### Coordenações regionais da FUNAI às quais se destinam os veículos

UF	Coordenação beneficiada	Veículo	Quantidade	Valor total do empenho (R\$)
AC	Juruá	Pick-up Mitsubishi	1	131.000
AC	Alto Purus	Pick-up Mitsubishi	1	131.000
AM	Manaus	Pick-up Mitsubishi	1	131.000
AM	Madeira	Pick-up Mitsubishi	1	131.000
BA	Sul da Bahia	Pick-up Mitsubishi	2	278.000
MS	Dourados	Pick-up 4x4, cabine dupla, 2019/2019	1	131.000
MS	Ponta Porã	Pick-up Mitsubishi L200 Triton	1	131.000
MT	Noroeste do MT	Pick-up Mitsubishi	1	131.000
MT	Norte do MT	Pick-up Mitsubishi	1	131.000
MT	Cuiabá	Pick-up Mitsubishi	1	131.000
MT	Cuiabá	Quadriciclo Honda	1	29.680
MT	Cuiabá	Motocicleta Honda	1	14.750
MT	Xavante	Pick-up Mitsubishi	1	131.000
PA	Centro-Leste do Pará	Pick-up Mitsubishi	1	131.000
PA	Baixo Tocantins	Pick-up Mitsubishi	1	131.000
RO	Cacoal	Pick-up, cabine dupla, 2019 ou mais atual	1	131.000
RR	Roraima	Pick-up Mitsubishi	1	131.000
SC	Litoral Sul	Pick-up Mitsubishi	1	131.000
TO	Araguaia Tocantins	Caminhão baú IVECO Tector 11-190 2020/2020	1	131.000
<b>TOTAL</b>			<b>20</b>	<b>2.487.000</b>



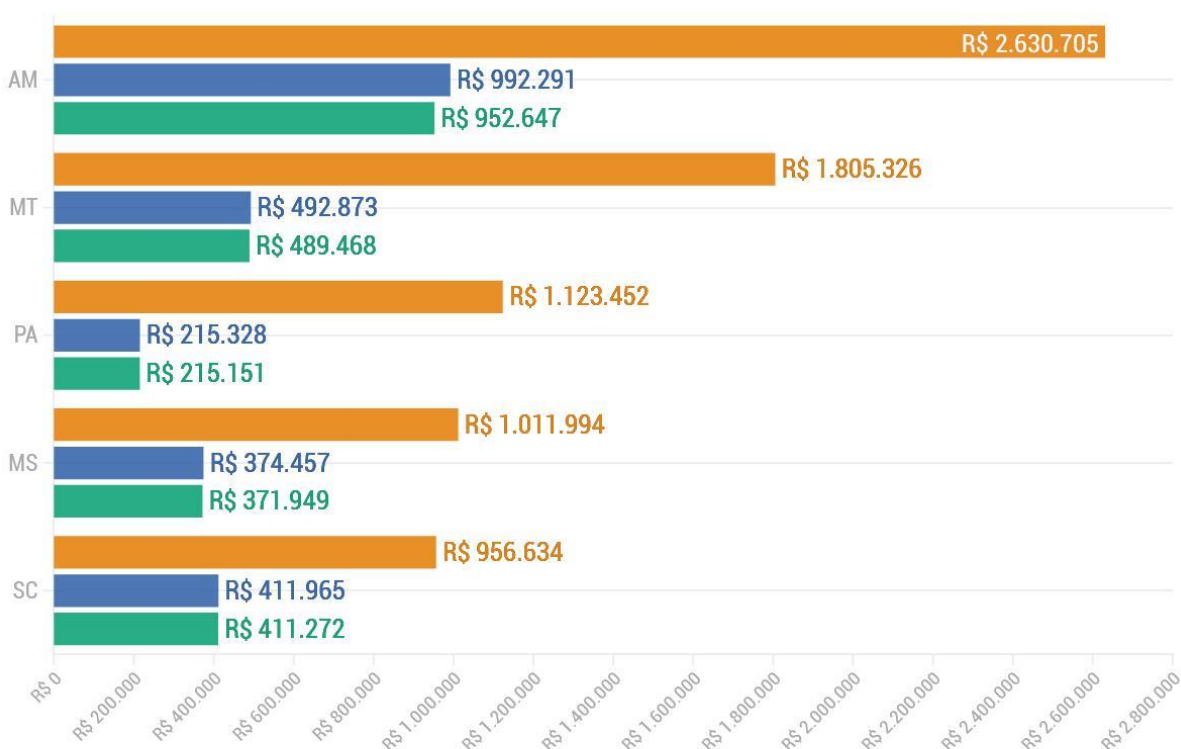
## Gastos por UF e por coordenação regional da FUNAI

Os empenhos realizados pelas Coordenações Regionais da FUNAI se concentram no AM, seguido por MT e PA. A Diretoria de Proteção Territorial do órgão, que fica na sede em Brasília (DF), empenhou R\$ 550 mil, a maioria (81%) destinada a diárias para colaboradores eventuais e para servidores.

### Execução da despesa para combate à Covid-19 junto a povos indígenas

5 UFs com mais empenhos e respectivas liquidações e pagamentos

Empenhado Liquidado Pago



Fonte: Portal da Transparência do Governo Federal • Dados de 7 de abril a 17 de junho de 2020

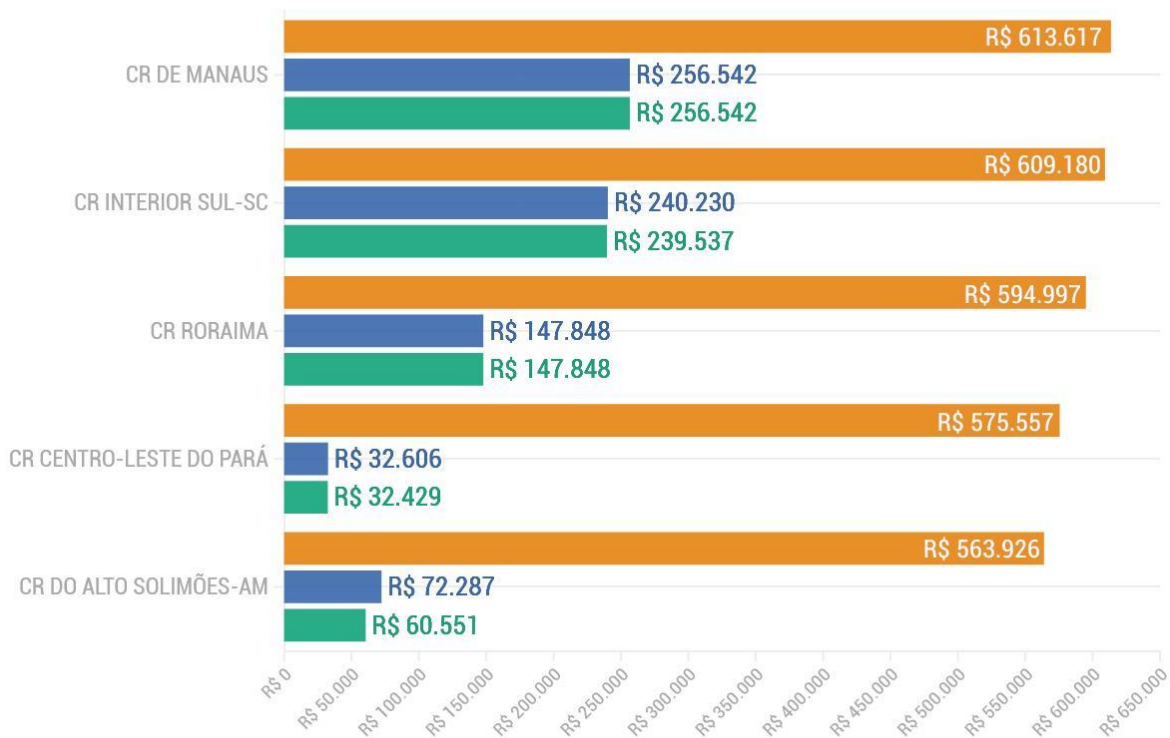
Por Coordenação Regional, a distribuição dos empenhos fica da seguinte maneira:



### Execução da despesa para combate à Covid-19 junto a povos indígenas

5 Coordenações Regionais da FUNAI com mais empenhos e respectivas liquidações e pagamentos

Empenhado Liquidado Pago



Fonte: Portal da Transparência do Governo Federal • Dados de 7 de abril a 17 de junho de 2020

Não foi possível determinar se as Coordenações Regionais com maior volume de empenhos correspondem às CRs com maior número de indígenas sob sua jurisdição. Essa informação não está em transparência ativa.

Dentro das Coordenações Regionais, reflete-se a predominância de empenhos voltados à compra de alimentos e cestas básicas, além de combustíveis e lubrificantes para veículos oficiais.



## Transparência para quem?

Chegar à resposta a perguntas básicas como “em que o dinheiro está sendo usado?” ou “para quais estados as verbas estão indo?” em relação aos gastos do governo federal com o combate à pandemia entre povos indígenas é um verdadeiro desafio para cidadãos.

Embora o Portal da Transparência do governo federal seja um bom exemplo em transparência ativa, ele está longe de cumprir o determinado pelo Art.8º, §3º da Lei de Acesso a Informação (“[Os sites oficiais devem] conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão”). Obter informações mais específicas ainda exige uma boa dose de persistência e, principalmente, de conhecimento prévio do cidadão.

Usar a [consulta dos gastos com a Covid-19](#) disponibilizada no site, por exemplo, para ver quanto e como o governo federal gasta para combater a pandemia entre povos indígenas exige os seguintes passos:

- Saber em qual dos links listados na página clicar;
- Se escolher o mais óbvio, ou seja, o [Painel da Ação 21C0 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública Decorrente do Coronavírus](#), o cidadão tem acesso a uma visão geral dos gastos.
- Para saber quais gastos se referem a ações voltadas para a população indígena, tentará clicar em “[Detalhar execução das despesas da ação orçamentária](#)”. O cidadão chega a mais detalhes, mas não consegue aplicar nenhum outro filtro (por órgão ou por estado, por exemplo).

Se não tiver desistido a essa altura, o cidadão pode voltar à [notícia](#) que contém os links de consulta e clicar no “[Consulte a execução financeira em Despesas Públicas](#)” (talvez depois de tentar os outros links, que levam a outras ações orçamentárias relacionadas ao combate à pandemia).

- Nessa tabela, enfim, o cidadão consegue filtrar por órgão (o cidadão deve deduzir que a FUNAI é o mais provável. Ainda assim, não há certeza de que esses são todos os gastos relacionados a populações indígenas) e por localidade de aplicação (mas não é possível ver todas as localidades de aplicação de uma vez, para comparar)
- Clicar em “Consultar”
- Para ver os totais, o cidadão deve rolar até o final da tela, onde deve selecionar o gráfico que deseja ver (depende de ele conhecer os jargões da administração pública, como as fases da despesa)

Tudo isso para obter dados com 1 mês de defasagem; em 17 de junho, as informações exibidas se referiam apenas até maio.

Obter dados atualizados e suficientes para verificar os detalhes dos gastos (origem do dinheiro, o que foi comprado, tipo de licitação usado, empresas contratadas etc.) depende de paciência e conhecimento ao menos intermediário de manuseio de planilhas.



Neste caso, será baixar necessário baixar os dados da execução da despesa: 1 arquivo compactado para cada dia do mês, cada um contendo 10 planilhas com os dados de todos os órgãos públicos federais. Cada planilha contém um pedaço da informação dos gastos (uma delas contém os empenhos, mas não as liquidações relacionadas; a outra contém as liquidações, mas não os pagamentos, por exemplo), então é necessário saber cruzar informações que estão em arquivos diferentes.

Apenas algum conhecimento em programação para elaborar “robôs” ou usar APIs torna a tarefa menos custosa, automatizando-a até certo ponto.

No fim das contas, o exercício do controle social fica distante do alcance de boa parcela dos brasileiros. A maioria, além de não estar familiarizada com termos usados pela administração pública, tem outras prioridades que não envolvem dezenas de cliques no Portal da Transparência. Nesse sentido, dois desafios se impõem: continuar a melhorar o site para simplificar as consultas e melhorar a educação no país para habilitar mais cidadãos a realizar o controle social com base em informações públicas.